

A (RE)EXISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS FACE AO RACISMO E PRECONCEITO ETNOCÊNTRICO

Ana Patrícia da Silva ¹
Crislaine Maria da Silva²
Josilene Rejane da Silva ³
Maria Marta Lemos Ferreira ⁴

RESUMO

Os povos indígenas brasileiros, são vítimas de um apagamento/silenciamento histórico dos seus valores culturais, da violência contra seus povos e da dificuldade de acesso aos seus direitos, assegurados por lei. Iniciando-se com a colonização e perpassando pelo império, república, ditadura militar e chegando aos dias atuais ___ em tempos de (pós) pandemia___ às questões relacionadas aos povos indígenas ainda vêm sendo negligenciadas e/ou discutidas numa premissa folclórica, construída a partir de uma estrutura social racista e preconceituosa. Nesse sentido, o presente trabalho, objetiva realizar uma breve descrição acerca do racismo socialmente estruturado e direcionado a esses povos, bem como, elucidar a presença de um preconceito etnocêntrico, derivado da etnização dos grupos sociais. Assim, buscou-se evidenciar o racismo engendrado na base do (não) tratamento às questões indígenas, tendo em vista que, há contestação do termo, sobretudo, quando aplicado ao contexto dos povos indígenas. O estudo aponta e propõe, o questionamento das especificidades, que distingue o racismo/preconceito étnico, instituídos e praticados (simbólica e culturalmente) contra esses povos, elucidando a resistência (à), a existência (existir com) e a reexistência (a partir de/uma existência outra) dos povos indígenas brasileiros, face à essa conjuntura. Contudo observa-se que muitas são as lacunas relacionadas a essa questão, carecendo assim, de mais estudos, militância e agência, no sentido de ampliar a visibilidade do problema, bem como, desconstruir o ranço colonial que molda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Povos indígenas, Racismo, Preconceito etnocêntrico.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas, vêm enfrentando, coexistindo e resistindo a cinco séculos de segregação, racismo e preconceito, instaurados desde a colonização, na sua forma mais visceral — onde as ações de coerção e controle foram direcionadas, primeiramente aos corpos. A partir de um corpo disciplinado, abriu-se o caminho para a dominação do imaginário desses povos, que foram expropriados de seus saberes sagrados, suas línguas e por conseguinte, de sua ancestralidade. Os povos indígenas, que à época da colonização, estimavam-se em mais de 1000

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA) – PE, patriciasilva520@gmail.com;

² Mestra em Ensino de Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – PE, crismariasilvacg@gmail.com;

³ Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Alpha - PE, josilvar22@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA) – PE, mariamarta188@gmail.com;



etnias espalhadas por todo o território brasileiro, hoje constituem-se em cerca de 800 mil indígenas, com 305 etnias e 274 línguas diferentes, conforme aponta o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010. Esses números, só vem a confirmar que os povos originários são vítimas de um apagamento/silenciamento histórico dos seus valores culturais, da violência contra seus povos e da dificuldade de acesso aos seus direitos, assegurados por lei. Segundo Milanez,

A historiografia tradicional pouca atenção deu ao protagonismo da resistência indígena à colonização, e as abordagens da “transição” da escravidão indígena para a negra não apenas reforçaram a narrativa da extinção – que coloca os indígenas prementemente num lugar pertencente ao passado –, como também serviram para desconsiderar o violento sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação e o genocídio que permanecem desde o primórdio da colonização até os dias atuais. (MILANEZ *et al*, 2019, p. 3)

Assim, iniciando-se com a colonização e perpassando pelo império, república, ditadura militar e chegando aos dias atuais ___ em tempos de (pós) pandemia___ às questões relacionadas aos povos indígenas ainda vêm sendo negligenciadas e/ou discutidas numa premissa folclórica, construída a partir de uma estrutura social racista e preconceituosa. Afirmar que o racismo é estrutural, segundo Silvio Almeida (2016), significa dizer que, o racismo se torna algo normal, e não no sentido de que é normal ser racista, mas sim, no sentido de que o racismo constitui as ações conscientes e/ou inconscientes da sociedade, ou seja, o racismo estrutural é uma espécie de funcionamento ‘normal’ da vida cotidiana. Por isso,

O racismo brasileiro é implícito, disfarçado sob o discurso da democracia racial, na qual as relações entre branco e negro, e branco e indígena são harmoniosas, isto é, sem preconceito ou discriminação, a não ser pelos preconceitos de ordem socioeconômica que atingem a todos os brasileiros, sem diferença baseada na cor da pele (MILANEZ *et. al.*, 2019, p. 7).

Ailton Krenak aponta o racismo como um projeto do Estado, visível, capacitando-o como uma epidemia global causada pela recusa de compreender e aceitar a diferença. Nessa perspectiva, há uma particularidade no racismo direcionado aos povos indígenas, em relação a outras modalidades, pois são os indígenas, o grupo social mais atacado, na esfera pública e ao qual vêm se propondo o extermínio de sua especificidade. Tem-se assim, um modelo de racismo, que sobrevive e justifica a ofensiva anti-indígena, mais intensa desde a época da Ditadura Militar, que encontra na atualidade, a sua face mais cruel, legitimada nos atos legais/normativos, nos discursos e ações, realizados na vigência do atual governo nacional.

Dessa forma, buscamos aqui, realizar uma breve descrição acerca do racismo socialmente estruturado e direcionado aos povos indígenas, bem como, elucidar a presença de



um preconceito etnocêntrico, derivado da etnização dos grupos sociais. Buscamos aqui, filiar-nos à uma perspectiva de construção dos padrões sociais enquanto processo político, religioso e discursivo de atribuir identidades raciais ou étnicas a um relacionamento, prática social ou grupo que não se declarou como tal, logo a etnização pode ser entendida como a denominação cultural, linguística e simbólica do ‘outro/diferente’, tendo por base o referencial de sociedade moderna, eurocentrada e ocidental. Objetivamos também, evidenciar o racismo engendrado na base do (não) tratamento às questões indígenas, tendo em vista que, há contestação do termo, sobretudo, quando aplicado ao contexto dos povos indígenas. Por isso, somos levados a indagar: Existe então uma diferença entre um racismo e outro? A mesma queda, o mesmo fracasso do homem não pode ser encontrado em ambos? (FANON, 2008). Nesse sentido, ansiamos por meio destes breves escritos, nos aproximarmos de uma desobediência epistêmica, pois entendemos, a partir de Mignolo (2008), que a desobediência civil sem desobediência epistêmica, permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho, encontra-se assentada nas leituras das obras referenciadas, bem como, nas discussões realizadas ao longo das aulas da disciplina de Seminários I, do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC), do curso de mestrado, na qual foram apresentadas/estudadas outras filosofias, inscritas fora da perspectiva norte-global eurocentradas. Após a conclusão da referida disciplina, solicitou-se ao estudantes que realizassem uma seleção, das obras que dialogassem com seus temas de estudo/pesquisa, assim como a inclusão de outras leituras que viessem a auxiliar na composição de uma atividade avaliativa. Foi a partir desse enjejo, que presente trabalho se configurou.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O pressuposto racista no apagamento da história indígena

Os séculos de colonização e o genocídio, não conseguiram extinguir a presença intrínseca dos povos indígenas na cultura brasileira, no vocabulário e nos hábitos. No entanto, as narrativas acerca de cada período histórico retiraram, deliberadamente os povos indígenas da composição da história nacional, reservando-lhes a figura do primitivo,

selvagem e indolente. O apagamento da memória (memoricídio) do que foram e do que são os povos indígenas, que viviam e vivem hoje no, Brasil formou uma lacuna na história do país. Por muito tempo, relacionava-se a pouca informação que circula, sobre os povos indígenas brasileiros ao fato de nunca ter sido feito um censo específico ou mais detalhado, e essa negação da informação é uma forma de negar a existência e de produzir a ausência do que se quer esconder. Os censos realizados pelo governo brasileiro datam do final do século XIX, mas excluíam em grande parte a população indígena, pois apenas aqueles que foram evangelizados por missionários aparecem nas estatísticas, por meio das categorias raciais ‘caboclo e pardo’, ambos referentes aos chamados mestiços. Assim, todas as diversidades de língua, de povos, de costumes, foram apagadas uma vez que, não interessava para a metrópole colonizadora essa informação. Onde, em síntese, o objetivo era padronizar e reordenar os dados segundo os interesses do projeto colonial em vigor.

Por outro lado, a literatura voltou seu olhar sobre o ‘índio, inicialmente partindo da premissa da indolência e inocência deste, conforme citado na Carta de Pero Vaz de Caminha: “Andam nus sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa de cobrir nem mostrar suas vergonhas e estão acerca disso com tanta inocência como têm de mostrar no rosto.” Em seguida, com o Romantismo, têm-se as diversas produções que viriam a retratar o indígena como o “bom selvagem”, sem fazer menção às características outras, tais como religiosidade, arte, organização social, educação, cosmovisão, etc. Nessa premissa, o indígena passou a ser o expoente do

[...] nacionalismo no agora independente Brasil, buscando o passado histórico, a exaltação da natureza e da pátria, desenvolvendo também uma determinada aversão ao que é de origem portuguesa vulgo lusofobia, que consiste na hostilidade contra Portugal, o povo português ou a língua e a cultura portuguesa. (REZENDE; SILVA; SILVA, 2020, p. 57)

Partindo deste enredo, o indígena foi tomado como símbolo/herói nacional de uma recém república, que como toda nação, precisaria de um representante nato e/ou originário, logo

[...] os grupos indígenas eram os únicos que carregavam características de um povo sem influência de uma sociedade, uma mente não corrompida, o tal comportamento “civilizado” dito pelos portugueses e que possuíam sua própria cultura: seus deuses, seus costumes, suas crenças, suas tradições. Portanto, nada mais justo do que objetivar este, o verdadeiro e puro habitante do território brasileiro, como o herói nacional. (REZENDE; SILVA; SILVA, 2020, p. 58)

No entanto, a essa construção literária, mesmo em face da visibilidade dada aos povos indígenas, também partiu de uma concepção pré-concebida do outro/diferente. Tirou-se os indígenas do real

contexto de tensão, genocídio, controle e subalternização da época, para transportá-los a um lugar ideal, mítico, transformando assim, esses povos em símbolo de um passado presente ao qual pode-se recorrer

“Quando estivermos cansados da vida em nossos arranha-céus, iremos até vocês como vamos às nossas crianças... virgens...atônitas... espontâneas. Iremos até vocês que são a infância do mundo. Vocês são tão verdadeiros nas suas vidas, isto é, tão folgados... Deixemos por alguns momentos nossa civilização cerimoniosa e educada e debrucemo-nos sobre essas cabeças, sobre esses rostos adoravelmente expressivos. De certo modo, vocês nos reconciliam com nós próprios” (FANON, 2008, p. 120)

Essa estigmatização criada e reproduzida pela literatura, trouxe para os dias atuais, a fixação dos povos indígenas num tempo e espaço fixos, caracterizando a fossilização da cultura indígena como algo imutável e parado no tempo (MILANEZ *et. al.* 2020). Como resultado, temos o preconceito em relação aos indígenas que não falam mais a língua ancestral, que usam roupas, possuem carros, celulares, computador, moram nas cidades, estão no ensino superior ou em outros espaços, discutindo, demandando e sendo, principalmente, resistência. A estes são direcionados comentários suposta ou aparentemente inocentes, mas marcadamente racistas, tais como: “você não parece índio”, “não é mais índio”, ou é “ex-índio”. Diante disso,

“A colonização é essencialmente a negação do outro, que vai dessa negação mais sutil, subjetiva, até a eliminação física, e aí eu tenho pensado assim: essa questão do genocídio começa quando os europeus chegaram aqui e disseram: “Não são nada, nem são gente, nem são humanos, que não têm fé, porque não tem lei, porque não tem rei. Então são o quê? São nada”. Daí pra cortar a cabeça ou partir ao meio com um facão ou atravessar com uma bala não faz muita diferença, porque a morte já foi decretada, foi executada antes. Nós, indígenas, temos que conviver todo dia tendo que provar a existência, a vida, mas já com a morte decretada. É um negócio meio maluco a gente provar que está vivo, quando outros que estão no lugar do poder disseram que você não existe mais.” (Kum Tum Akroá Gamela *in* MILANEZ *et. al.*, 2019, p. 12)

Ante o exposto, concordamos com Fanon, quando este nos diz que:

Todas as formas de exploração se parecem. Todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico. Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital, fundamental, que é repor o homem no seu lugar. O racismo colonial não difere dos outros racismos. (FANON, 2008, p. 86)

2. A (re)existência indígena

Atualmente, sabe-se que os povos indígenas estão espalhados por todo o Brasil e não apenas na Floresta Amazônica e/ou em áreas rurais remotas. Mais de um terço da população indígena do Brasil, ou 315 mil indivíduos, vive em áreas urbanas, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2010. Esse fato revela

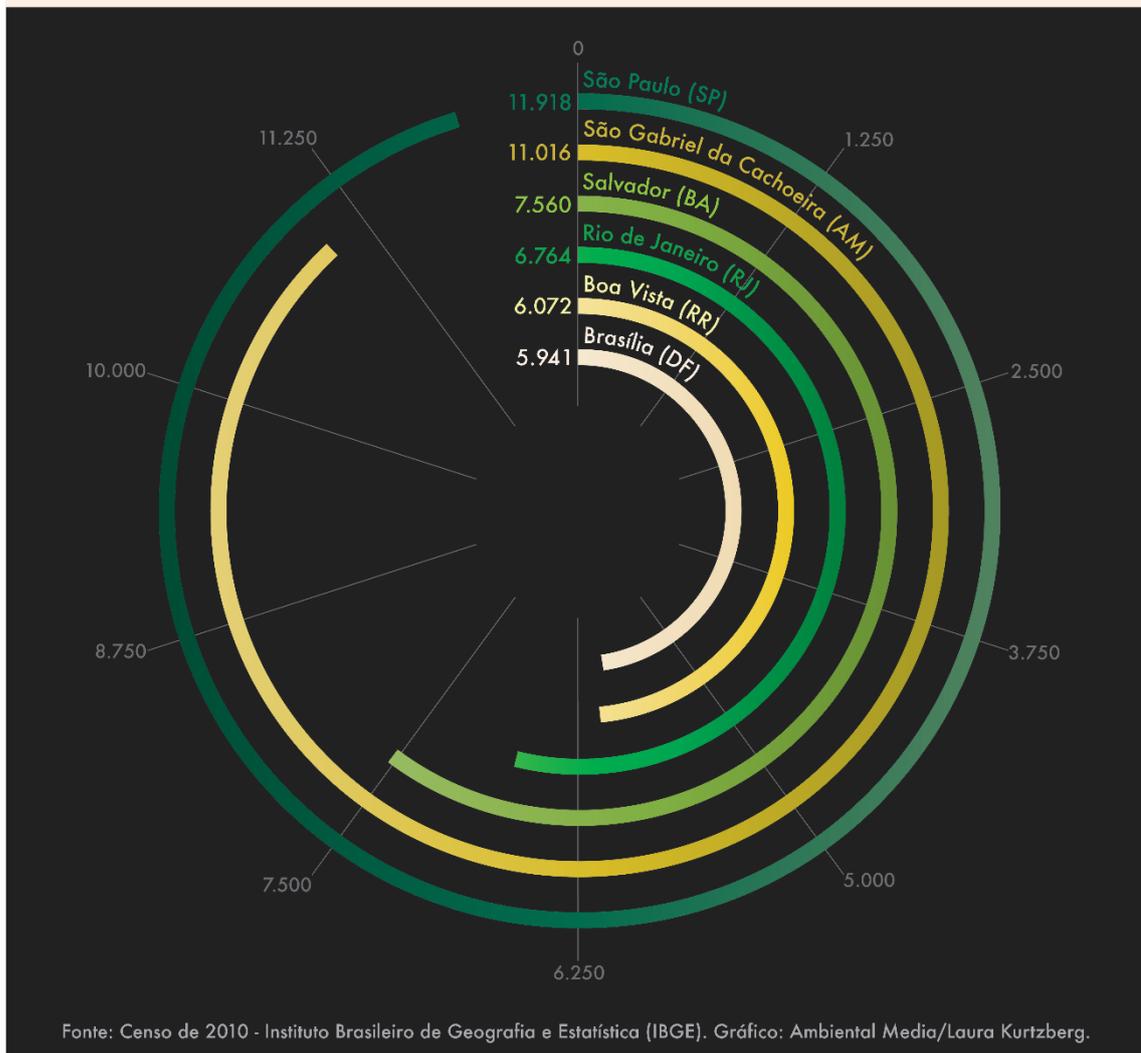
também, que enquanto nas áreas rurais e áreas remotas da Amazônia, os povos indígenas são ameaçados por invasões de terras, mineração e uma ampla gama de projetos de infraestrutura e do agronegócio, nas cidades eles enfrentam constantemente a invisibilização e preconceito étnico, decorrente de sua denominação ou auto denominação indígena, bem como, da falta de um lugar de destaque para os povos originários na história brasileira. Pois os atos racistas se dão de forma implícita e disfarçada, desmobilizando as vítimas, e diminuindo a sua coesão com a compartimentação entre negros e indígenas, criando a ambiguidade dos “mestiços” e “pardos”. de formação de identidades, segundo o qual muitos inclinam-se ao ideal do branqueamento, conforme descrito por Fanon:

[...] começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. (FANON, 2008, p. 94)

A presença dos povos indígenas nas cidades, deu-se partindo pela premissa do branqueamento ___ enquanto integração à cultura do colonizador___ que lhes foi imposta enquanto estratégia de assimilação e controle, visando à integração do ‘índio’ à identidade nacional, quanto pelos violentos processos de expropriação de suas terras, de seus saberes e de sua ancestralidade. Hoje muitos dos indígenas, que vivem nos centros urbanos mantêm lidam com o descrédito em seus valores e pertencimento étnico, além da dificuldade em manter vivos seus costumes e suas línguas, dada a intensa/desigual relação com a cultura urbano-branca. Mesmo em face de muitos desafios e desigualdades, seis cidades do Brasil apresentam o maior número de indígenas residentes em áreas urbanas sendo elas: São Paulo (SP), São Gabriel da Cachoeira (AM), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Boa Vista (RR) e Brasília (DF). Apenas as cidades de São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista estão localizadas na Amazônia. No que se refere à Brasília, o IBGE considera os dados do Distrito Federal. A título de ilustração e quantificação, trazemos o seguinte quadro:

Cidades Brasileiras com Maior Número de Indígenas

Estes municípios concentram as maiores populações indígenas em áreas urbanas do país, em números absolutos.



Vale salientar que, a população indígena no país sofreu um enorme decréscimo, entre o século XVI e o século XX, passando de milhões para milhares, devido aos extermínios, epidemias e à escravidão que configuraram os principais motivos dessa redução. No entanto, após a década de 80, esse cenário mudou e a população indígena voltou a aumentar, o que segundo o IBGE, não pode ser compreendido apenas como um efeito demográfico (ou seja, levando em consideração à mortalidade, natalidade e migração), mas a um possível crescimento no número de pessoas, que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do país. Entretanto, a que se considerar a desatualização desses dados, tendo em vista o ano de referência dos mesmos. Contudo, tomemos por base a leitura destes, com vistas a romper com imaginário do indígena enquanto primitivo, que vive aldeado no interior da selva. Enquanto aguardamos novos números, referentes a quantos são e quais territórios ocupam os indígenas hoje __ sendo que o próximo censo está previsto para este ano de 2022__ é prudente analisar



essas informações como apontamentos da resistência (à), da existência (existir com) e da reexistência (a partir de/uma existência outra) dos povos indígenas brasileiros.

Outro ponto a destacar é que, na década de 70 há o início de uma reação/resistência mais articulada dos povos indígenas, encorajada pelas Assembléias Indígenas regionais e nacionais, apoiadas pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário). É nesse período que começam a surgir novas organizações dos povos ___diferentes das já habituais/usuais de cada povo___ as quais tinham um caráter político e sem muita preocupação com a formalidade/decoro institucional. Por meio destas, os povos indígenas, buscavam o apoio da sociedade não-indígena, bem como, da comunidade internacional para a reivindicação de suas questões relativas à recuperação e à garantia de suas terras, uma vez que, para o Estado os povos indígenas compõem uma categoria transitória, tendo em vista que:

As relações do Estado brasileiro com os povos indígenas são profundamente influenciadas por uma histórica relação de genocídio, de extermínio, e uma expectativa hipócrita de que os que sobrevivessem seriam mantidos em reservas cercadas por agronegócio, reservas sempre prestes a serem invadidas por garimpeiros, por fazendeiros, e descritas até por alguns presidentes da FUNAI como 'não produtivas', como contrárias aos interesses da sociedade brasileira. É uma relação de desigualdade, de segregação que penaliza os povos indígenas de uma maneira tão disfarçada que parece um benefício. Assim como o Brasil consegue ter, na visão de alguns, a experiência do racismo cordial, ele também consegue produzir um outro fenômeno que é o benefício racista, que é quando você, a pretexto de proteger alguém, de preservar algum direito, na verdade segrega e controla. (Alton Krenak *in* MILANEZ *et. al.*, 2019, p. 11)

Isso demonstra que tanto o Estado quanto nas políticas, possuem um forte ranço colonial, fruto de uma sociedade ainda pensada e organizada aos moldes do norte global, no qual

O mundo colonial destrói os sistemas de referências da economia, a estética, a organização política, social e individual, sendo a violência o meio pelo qual todas as formas e criações do colonizado passam a ser invadidas. Desse mundo, o colonizado nada produz racionalmente, em sentido discursivo, sobre o universal, apenas toma a singularidade e sua realidade como algo absoluto e natural em sentido discursivo, sobre o universal, apenas toma a singularidade e sua realidade como algo absoluto e natural. (SANTANA, 2020, p. 41)

No entanto, tendo a luta pela terra, como eixo mobilizador da luta entre os diferentes povos, a resistência alcançou emblemáticas conquistas no âmbito legal/normativo, dentre elas, a mais expressiva refere-se à Constituição de 1988. Tais conquistas animaram e fortaleceram os povos indígenas que de forma articulada, construíram diferentes instrumentos de luta para assegurar



esses direitos, instaurados constitucionalmente. Dessa forma, as organizações indígenas, seja por povos, regiões, atividades, gênero ou por funções sociais, aumentaram e vêm aumentando expressivamente, estimuladas também pelo crescente acesso a recursos financeiros, tecnológicos, educacionais e pela cooperação de entidades internacionais, que junto aos povos, fomentam e articulam esse movimento de agência/resistência. Os avanços e o movimento de luta constante (às vezes lenta e silenciosa) dos indígenas brasileiros ocorreram porque em parte, no mais profundo de seu ser, estes sabiam que estavam dominados/colonizados, mas não domesticados (SANTANA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os breves e pontuais apontamentos deste trabalho, indicam a necessidade de se falar e escrever, acerca do racismo contra os povos indígenas brasileiros, evidenciando que este foi e tem sido, um elemento violento e estruturante do cotidiano desses povos. Destacamos também, a necessidade de elucidar e avançar nas discussões das especificidades indígenas, apontando que tanto o racismo quanto o preconceito etnocêntrico, foram e permanecem como as lentes que olham e não observam, que desfocam e invisibilizam, mais de cinco séculos de história dos povos originários. Faz-se necessário, a emergência de atos de insubmissão epistemológica e literária-conceitual, para difundir discursos outros, promovendo a configuração de uma outra história nacional, não mais narrada na perspectiva do colonizador __ branco ‘civilizado’ e não-indígena.

Por isso, compreendemos que suscitar a reflexão sobre os mecanismos que operam o racismo __ enquanto teoria e/ou crença pautada na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos, estabelecendo assim, a hierarquia de um sobre o outro __ e o preconceito étnico __ sentimento e comportamento hostil, baseados em impressões, opiniões e juízo de valor, formulados pré conceitualmente, tendo por base a diferença físico-biológico e étnica __, na atualidade contra os povos indígenas, é um importante ato rumo a mudança dessa conjuntura. Assim, questionar as especificidades, que o distingue do racismo/preconceito étnico instituído e praticado (simbólica e culturalmente) em relação aos povos africanos, afro diaspóricos e ciganos, por exemplo. Ante o exposto, interessam os questionamentos: Porque o racismo contra os indígenas, embora praticado é pouco reconhecido socialmente? Quais os instrumentos de combate e coerção? Como e a quem denunciar? Quais instrumentos legais/normativos versam sobre?



Como os indivíduos (indígenas e não-indígenas) percebem e discutem essa questão? Há demandas do Estado e/ou das organizações indígenas, que apontam para a institucionalização e conseqüente criminalização, do racismo e do preconceito contra esses povos? A partir dessas inquietações, percebemos que muitas são as lacunas relacionadas a essa questão, carecendo assim, de mais estudos, militância e agência dos movimentos e das organizações indígenas, bem como, dos indivíduos e instituições parceiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Youtube, 13 de set. de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU> . Acesso em: 04 de mai. de 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MILANEZ, Felipe. *et. al.* Existência e diferença: O racismo contra os povos indígenas. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019 p. 2161-2181. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3SxDNnSRRkLbfh3qVFtmBDx/?lang=pt> . Acesso em 04 de mai. de 2022.

SANSON, César. Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil? **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 07 de jul. de 2014. Disponível em: 1 . Acesso em: 29 de abr. de 2022.

SANTANA, José Diêgo Leite. **A (re)invenção dos corpos do sul e as pedagogias africanas no enfrentamento à colonialidade do ser**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38948> . Acesso em: 12 de abr. de 2022.

